

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 4, Número 1, Maio de 2015*

**Manipulando os Limites de Mandato  
na América Latina**

*Javier Corrales e Michael Penfold*

---

**O Desafio da China**

*Andrew Nathan*

---

**O Sistema Político na Rússia:  
Imperialismo e Decadência**

*Lilia Shetsova*

---

**Nacionalismo Hindu no Poder**

*Ashutosh Varshney*

**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ACESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Fabio Storino*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Sergio Fausto (coord.)*

*Isadora Carvalho*

## Apresentação

Abrimos essa edição com um artigo sobre as sucessivas mudanças nas regras da reeleição presidencial na América Latina ao longo dos últimos sessenta anos. A nova edição do *Journal of Democracy* em Português também reúne três artigos sobre duas potências emergentes no presente (China e Índia) e uma potência do passado que, embora em decadência, ainda joga o grande jogo da geopolítica mundial (a Rússia).

O primeiro artigo dessa edição se refere ao “relaxamento dos limites constitucionais aos mandatos presidenciais” na América Latina, expressão utilizada por Javier Corrales e Michael Penfold para se referir à remoção de limites à reeleição dos presidentes da região nos últimos vinte anos. Os autores estranham a pouca atenção dada a essa tendência na América Latina uma vez que, em outras regiões, o “enfraquecimento dos limites constitucionais à reeleição tem sido considerado um mau presságio para o desenvolvimento da democracia”. Os dados empíricos utilizados no artigo revelam que, quando do retorno à democracia, a maioria dos países latino-americanos proibia a reeleição ou a permitia apenas de modo não consecutivo. Desde então, a tendência dominante tem sido a de introduzir a reeleição consecutiva por uma só vez. Alguns países, porém, removeram por completo os limites à reeleição, como a Venezuela e a Nicarágua e, agora, se depender da vontade do presidente Rafael Correa, também o Equador.

Diante desse quadro, os autores indagam sobre os efeitos dessas mudanças sobre a qualidade das democracias. Para responder à questão, recorrem a dados eleitorais de dezoito países latino-americanos e demonstram que a possibilidade de reeleição consecutiva aumenta muita a chamada “vantagem do incumbente”: no período estudado,

apenas dois presidentes foram derrotados em suas tentativas de se re-eleger. Além disso, a reeleição não consecutiva amplia a presença de ex-presidentes entre os candidatos à presidência. Ambas as modalidades de reeleição provocam menos e não mais alternância entre as elites políticas na América Latina, tanto dentro dos partidos como entre os partidos. O aumento da “vantagem do incumbente” pode comprometer estruturalmente o equilíbrio das disputas eleitorais e favorecer mudanças institucionais desfavoráveis à democracia e ao Estado de Direito. A suspensão de qualquer limite à reeleição é o caso extremo, já indicativo de um avançado grau de deterioração do regime democrático. Mas na visão dos autores, qualquer modalidade de reeleição merece ser vista com cautela. Em outras palavras, para eles: reeleição, melhor não tê-la, mas se a tiver, que seja com direito a uma só vez consecutiva (e com o fortalecimento de instituições que contrabalançam a “vantagem do incumbente”).

Em “O Desafio da China”, Andrew Nathan parte da constatação de que sob a liderança de Xi Jinping, eleito presidente em 2013, os chineses já não seguem mais o mantra de Deng Xia Ping, “esconder a nossa luz e alimentar a nossa força”, tampouco o de Jian Zeming, “aumentar a confiança, reduzir os problemas, desenvolver a cooperação e não buscar a confrontação”. Fortalecida como potência econômica e mesmo militar, a China se tornou mais assertiva em suas ações de política externa. Estaria a nova liderança chinesa empenhada em moldar o mundo à imagem e semelhança do autoritarismo do seu regime político? A resposta do autor é negativa. A seu ver, a tentativa de solapar regimes democráticos no exterior seria literalmente um mau negócio para quem está interessado em promover o crescimento da sua economia usando a globalização a seu favor. Em uma palavra, o maoísmo revolucionário é página virada na história chinesa.

Isso não significa, porém, que a liderança chinesa seja indiferente à disputa por poder e prestígio internacionais entre um capitalismo estatal à moda de Pequim e outro, mais liberal, à moda de Washington.

Nathan analisa seis tipos de ação política através das quais a China busca influenciar outros países, principalmente na África e na Ásia, bem como organismos multilaterais, a exemplo do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos. À medida que se consolida como grande potência, a China tenderá a intensificar essas ações, a menos que seu regime sofra mudanças que por ora não estão no horizonte. No entanto, conclui o autor, o maior desafio às democracias não estaria em Pequim, mas no interior das próprias democracias, às voltas com dificuldades crescentes para atender às suas próprias promessas de um governo representativo.

Se a China aposta na estabilidade de suas relações externas, a Rússia tem uma estratégia deliberada de confrontação com o Ocidente. Ao menos, esta é a visão que Lilia Shetsova apresentada em seu artigo “O Sistema Político na Rússia: Imperialismo e Decadência”. Para a autora, que durante vinte anos foi pesquisadora sênior do Centro Carnegie em Moscou, a cada vez mais agressiva política externa do Kremlin refletiria não a força, mas sim a fraqueza, do regime organizado em torno da liderança unipessoal de Putin. Suas fontes de legitimidade interna estão secando. A atividade econômica, que já vinha em marcha lenta, mergulha este ano em recessão com a queda abrupta do preço do petróleo, ferindo gravemente a galinha dos ovos de ouro da Rússia. Com uma economia dependente da indústria petrolífera e uma população que diminui e envelhece, o Estado russo terá dificuldades crescentes para impedir a decadência dos níveis de renda e bem-estar de sua população. Na verdade, as sombras do futuro já se projetam sobre o presente: ao invés de aumentar, a expectativa de vida na Rússia tem diminuído nos últimos anos. Resta a Putin, portanto, a carta do inimigo externo. A anexação da Criméia e o confronto com o Ocidente em torno da Ucrânia catapultaram a popularidade do presidente russo. Conforme dados citados pela autora, os índices de aprovação a Putin coincidem com a opinião prevalecente, em mais de 80% da

população, de que a Rússia é vítima de um cerco promovido por seus inimigos.

Shetsova enxerga na anexação da Criméia um grave sinal de alerta. A Rússia estaria disposta a interpretar as normas internacionais a seu modo. Ela não crê que a anexação desse (ex?) território ucraniano represente apenas um movimento defensivo de Putin, no espaço que ele considera ser a esfera da influência de seu país. Acredita que na Ucrânia se trava um confronto que prenuncia um conflito em escala mais ampla entre a Rússia e o Ocidente. Chega a falar em “confronto de civilizações”. No longo prazo, Putin não tem como vencer esse confronto. Mesmo assim, argumenta, precisa promovê-lo para dar sobrevida ao regime político que se organiza em torno de sua liderança. Concentrando o poder, os bens e as ferramentas de repressão do Estado nas mãos das mesmas pessoas, egressos da antiga KGB, como Putin, o regime não tem disposição ou capacidade para se autorreformular e já não pode mais sustentar-se sem alimentar ativamente o mito de que a Rússia é uma fortaleza sitiada. A autora não se arrisca a dizer até onde o presidente russo estaria disposto a chegar em sua estratégia de romper o cerco, mas não hesita em afirmar que o regime russo “transformará a sua própria degradação em um problema global”.

No artigo sobre a Índia, “Nacionalismo Hindu no Poder”, Ashutosh Varshney aborda um aspecto nem sempre salientado da “maior democracia do mundo”. Nem por isso o texto se limita às fronteiras da Índia. A questão em pauta são as relações entre o nacionalismo hindu, agora no poder, e a minoria muçulmana, que representa 13% da população indiana. Como se sabe, a Índia tem como vizinho o Paquistão, país de maioria muçulmana. Desde que há sessenta e oito anos os dois países nasceram, com o término do domínio britânico sobre o subcontinente indiano, por quatro vezes já entraram em guerra e até hoje têm disputas de soberania sobre o território da Caxemira. Não faltaram também conflitos entre hindus e muçulmanos

na Índia. Neste século, o de maior gravidade ocorreu em 2002, em Gujarat, justamente o estado então governado por Narendra Modi, eleito primeiro ministro da Índia em maio de 2014, com o respaldo da coalizão liderada por seu partido, Representante do nacionalismo hindu, o Partido do Povo Indiano (BJP), já esteve no poder entre 1998 e 2004, mas não contou, como agora, com uma maioria confortável no Parlamento. Representaria tal situação grave ameaça aos direitos da minoria muçulmana, cuja lealdade à Índia é até hoje posta em dúvida pelos nacionalistas hindus?

Para responder a essa pergunta, Varshney divide sua análise em quatro partes. Começa por examinar os dados eleitorais do último pleito, que mostram ter o BJP conquistado apenas 8,5% dos votos muçulmanos, o dobro das eleições anteriores, mas ainda assim uma fração muito pequena, indicando a persistência de uma grande desconfiança destes em relação ao Partido do Povo Indiano. Em seguida, faz breve excursão pela ideologia do nacionalismo hindu, reconhecendo que ali ainda se encontram “ideias alarmantes” – como exemplo, cita o líder de uma organização ligada ao BJP que, após a vitória de Modi, declarou ser necessário que os muçulmanos respeitem os sentimentos hindus “senão por quanto tempo irão sobreviver?”. Na terceira parte do artigo, o autor trata de explicar por que os dados eleitorais e a ideologia nacionalista não devem levar a conclusões precipitadas sobre o destino da minoria muçulmana na Índia. Os riscos aos direitos dessa minoria encontrariam freios na divisão eleitoral e ideológica dos hindus (o nacionalismo extremado é concentrado entre os religiosos), no sistema eleitoral (embora reduzido em seu tamanho, o voto muçulmano, quando coeso, pode ser decisivo em grande parte dos distritos eleitorais) e no próprio interesse do BJP em promover uma agenda de estímulo ao investimento e ao crescimento, o que não se coaduna com o acirramento de conflitos étnicos-religiosos.

Varshney conclui com uma nota de otimismo, sem deixar de fazer um alerta: “É provável que a moderação prevaleça. É possível que

haja discordância entre grupos sociais, mas não distúrbios civis de larga escala. E, se houver, a saúde da democracia indiana irá, sem dúvida, deteriorar-se.”

Enfim, quatro artigos e farto material para a reflexão. Boa leitura.

**Bernardo Sorj e Sergio Fausto**  
*Diretores de Plataforma Democrática*



# Manipulando os Limites de Mandato na América Latina\*

*Javier Corrales e Michael Penfold*

*Javier Corrales é professor de Ciência Política do Amherst College. Michael Penfold é professor do Instituto de Estudios Superiores en Administración (IESA) em Caracas, com especialização em políticas públicas, economia política e negócios internacionais na América Latina. São os autores de Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela [Dragão nos trópicos: Hugo Chávez e a economia política da revolução na Venezuela] (2011).*

O debate sobre a consolidação democrática na América Latina evoluiu para um debate sobre a qualidade das instituições democráticas na região. Ao avaliar as instituições democráticas da região, muitos acadêmicos têm focado nas consequências políticas do desenho constitucional, em particular seu impacto sobre a separação dos poderes. Poucos estudos, no entanto, têm focado em uma das mais importantes tendências constitucionais na América Latina em tempos recentes: o relaxamento dos limites dos mandatos presidenciais.<sup>1</sup> É surpreendente a pouca atenção dada a esse tema dado que, em outras regiões, a tendência à reeleição presidencial tem sido considerada por alguns acadêmicos como um mau presságio em relação ao desenvolvimento democrático<sup>2</sup> e, na América Latina, gera certa polêmica, com muitos

eleitores considerando o afrouxamento dos limites de mandato algo fortemente questionável.

A proibição de reeleição e o limite de mandato foram adotados na América Latina no século 19 para evitar o caudilhismo, o continuísmo e a concentração de poder nas mãos do Executivo.<sup>3</sup> Nas últimas duas décadas, no entanto, inúmeros países da região romperam com esse legado constitucional e introduziram, por meio de legislação, assembleias constituintes, decisões judiciais ou referendos, mudanças constitucionais permitindo ou expandindo as reeleições. Em alguns casos, tais mudanças foram modestas, permitindo aos presidentes cumprir um novo mandato consecutivo (após o qual a reeleição era proibida ou o titular precisava aguardar pelo período de um mandato até poder concorrer novamente). Em alguns poucos casos, as mudanças permitiram que os presidentes disputassem o cargo indefinidamente.

Na visão de alguns acadêmicos, o relaxamento dos limites de mandato presidencial, per se, não é necessariamente danoso à democracia, e pode até aumentar a *accountability*.<sup>4</sup> Afinal, limitar a reeleição significa limitar não apenas o direito de um presidente mas, também, o de escolha dos eleitores. Em resumo, foi esse o argumento usado pela corte constitucional da Nicarágua em 2009 para declarar como “inaplicável” o artigo da constituição que proibia reeleições consecutivas. Além disso, poder-se-ia dizer que um presidente que disputa a reeleição está mais sujeito à responsabilização pelos eleitores do que um que não pode mais se candidatar — argumento já usado por Alexander Hamilton.

Outra escola de pensamento argumenta que limites mais estritos, e *não* mais frouxos, fortalecem a democracia ao aperfeiçoar (na verdade, forçando) a alternância de poder, dentro de um partido e entre partidos políticos. Isso se baseia na ideia de que os atuais ocupantes do cargo, por conta dos benefícios de estar no poder, possuem uma vantagem eleitoral inata sobre praticamente qualquer outro cidadão

do país.<sup>5</sup> Limites mais estritos de mandato também reduziriam os custos de estar na oposição. Permitiriam que membros da oposição estimassem as chances de chegar ao poder num futuro próximo, portanto tornando-os mais propensos a aceitar as regras do jogo, porque sabem que seu maior rival — o presidente em exercício — será obrigado a deixar o cargo. De acordo com esses acadêmicos, portanto, o relaxamento dos limites de mandato fere a democracia porque diminui a alternância de poder.<sup>6</sup>

Uma maneira de avaliar esse debate é focar nas chances de eleição dos titulares. Aqueles que possuem o direito de disputar a reeleição possuem mais chances de vencer do que seus oponentes? Presidentes em exercício são reeleitos por margens maiores do que os demais candidatos vencedores? Se essas margens forem altas, isto se deve às realizações de um presidente durante seu exercício ou são meramente uma consequência de estar ocupando o cargo? Responder a essas questões nos permitirá aferir se a tendência à reeleição na América Latina está de fato exacerbando ou limitando as vantagens dos titulares.

Para responder a essas questões, examinamos primeiro a evolução das diferentes regras disciplinando a reeleição presidencial na América Latina, incluindo a frequência com que os presidentes da região conseguiram mudar essas regras. Depois, usando nosso banco de dados contendo 137 eleições presidenciais em dezoito países entre 1953 e 2012, analisamos os resultados das eleições, concluindo que o direito à reeleição aumenta a vantagem eleitoral dos titulares.

## **Mudando as regras**

Em todos os sistemas presidencialistas, a constituição define as regras que delimitam o mandato ao menos do Poder Executivo, quando não de todos os poderes.<sup>7</sup> A democracia é inconcebível sem regras que definam o início e o fim dos mandatos. Além da duração de cada mandato, constituições democráticas costumam definir o número de

vezes que um cargo pode ser exercido, e quando. Em geral, as constituições ou proíbem os presidentes em exercício e os ex-presidentes de concorrer à reeleição, ou os permitem disputar novamente o cargo e prescrevem as condições sob as quais poderão fazê-lo. Há ao menos quatro modalidades de reeleição:

1) Proibição total de reeleição.

2) Apenas uma reeleição não consecutiva: o titular pode ser reeleito, mas precisa aguardar um dado número de mandatos para poder candidatar-se novamente.

3) Reeleições consecutivas limitadas: o titular pode disputar novas reeleições, mas apenas um determinado número de vezes.

4) Reeleições ilimitadas: não há limite constitucional ao número de vezes que o presidente em exercício ou um ex-presidente pode disputar a reeleição, nem à sua sequência.

**Tabela: Modalidades de reeleição presidencial na América Latina**

País	Mandato presidencial	Modalidade de reeleição	Presidentes anteriores...
Argentina	4 anos	Máximo de dois mandatos consecutivos	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Bolívia	5 anos	Máximo de dois mandatos consecutivos	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Brasil	4 anos	Máximo de dois mandatos consecutivos	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Chile	4 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Colômbia	4 anos	Máximo de dois mandatos consecutivos	Não podem concorrer novamente.
Costa Rica	4 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de dois mandatos.
República Dominicana	4 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de um mandato.

País	Mandato presidencial	Modalidade de reeleição	Presidentes anteriores...
Equador	4 anos	Máximo de dois mandatos consecutivos	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
El Salvador	5 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar por pelo menos um ano.
Guatemala	4 anos	Reeleição proibida	Não podem concorrer novamente.
Honduras	4 anos	Reeleição proibida	Não podem concorrer novamente.
México	6 anos	Reeleição proibida	Não podem concorrer novamente.
Nicarágua	5 anos	Reeleições ilimitadas	Podem concorrer sem restrições.
Panamá	5 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de dois mandatos.
Paraguai	5 anos	Reeleição proibida	Não podem concorrer novamente.
Peru	5 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Uruguai	5 anos	Somente reeleições não consecutivas	Precisam aguardar pelo período de um mandato.
Venezuela	6 anos	Reeleições ilimitadas	Podem concorrer sem restrições.

No início da transição democrática no final da década de 1970, a maioria dos países da América Latina ou proibiram a reeleição por completo ou permitiram apenas reeleições não consecutivas. Em nenhum país da região a transição democrática foi ancorada à ideia de relaxamento dos limites de mandato para o chefe do Executivo ou de reeleições consecutivas. Desde meados da década de 1990, no entanto, a tendência dominante na região tem sido a de introduzir a reeleição consecutiva por um mandato: Peru (1993), Argentina (1994), Brasil (1997), Venezuela (1999), República Dominicana (2002), Colômbia (2004), Equador (2008) e Bolívia (2009). A Costa Rica pôs fim à proi-

bição de reeleição presidencial em 2003, permitindo reeleições não consecutivas. Alguns presidentes conseguiram extinguir os limites de mandato: Alberto Fujimori no Peru (1999), Hugo Chávez na Venezuela (2009) e Daniel Ortega na Nicarágua (2009); o presidente do Equador, Rafael Correa, atualmente tenta eliminar os limites de mandato em seu país. Essa tendência de relaxamento dos limites de mandato possui exceções. Em alguns países, tentativas formais ou informais de expandir a reeleição (por exemplo, para um terceiro mandato consecutivo) fracassaram devido a disputas intrapartidárias, resistência dos tribunais, ou ambos: a Argentina durante a administração Menem e o Panamá sob o comando de Pérez Balladares no final da década de 1990, e a Colômbia de Álvaro Uribe, o Paraguai de Fernando Lugo, a Guatemala de Álvaro Colom e Honduras no governo de Manuel Zelaya no final dos anos 2000. Analisando o quadro como um todo, houve mudança constitucional significativa desde os anos 1990, em geral na direção de limites de mandato mais frouxos. Usando nosso banco de dados de eleições em dezoito países latino-americanos num período de 59 anos, descobrimos que, no início de suas transições democráticas, dezesseis desses países proibiram reeleições consecutivas: doze deles possuíam constituições que permitiam apenas reeleições não consecutivas, e outros quatro proibiam a reeleição por completo. Apenas dois países (Nicarágua e República Dominicana) passaram por uma transição democrática permitindo reeleições ilimitadas.

Em 2013, o quadro era bastante diferente. Reelections não consecutivas eram constitucionalmente permitidas em sete dos dezoito países, reeleições consecutivas em cinco, e reeleições ilimitadas em dois; a reeleição foi totalmente proibida nos mesmos quatro países onde já era proibida antes do início da transição democrática.

Em geral, mudanças constitucionais para expandir os limites de mandato, especialmente quando negociadas com atores da oposição, às vezes incluíam a redução da duração do mandato presidencial e, em alguns casos, a redução das prerrogativas presidenciais.<sup>8</sup> Foi esse

o caso da Argentina com o Pacto de Olivos de 1993, que garantiu o apoio da oposição à proposta de Menem de reformar a constituição para permitir reeleições consecutivas. O mesmo ocorreu no Chile, onde a duração do mandato presidencial foi reduzida de seis para quatro anos em 2005. Na média, no entanto, a duração dos mandatos presidenciais na América Latina pouco mudou (passando de 4,6 anos em 1953 para 4,7 em 2012). Esse ligeiro aumento pode ser explicado pelo fato de que, em muitos países, como a Bolívia e a Venezuela, onde mudanças constitucionais não envolveram negociação com grupos da oposição, a duração dos mandatos presidenciais foi aumentada de quatro para cinco anos e de cinco para seis anos, respectivamente.

É importante observar que esses totais subestimam a verdadeira frequência das mudanças constitucionais na região, já que alguns países (ex.: Peru) alternaram entre as diferentes modalidades durante esse período. A República Dominicana passou de reeleições ilimitadas para consecutivas em 2002; e de consecutivas para não consecutivas novamente em 2008.

De modo geral, nossos dados revelam dois acontecimentos importantes: primeiro, os limites de mandato mudaram de maneira dramática; e, segundo, a reeleição não consecutiva é menos prevalente hoje, tendo a reeleição consecutiva se tornado mais comum. Portanto, a característica mais prevalente na América Latina atualmente é a possibilidade de reeleições consecutivas ou ilimitadas.

Qual o impacto das diferentes modalidades de reeleição sobre o desempenho institucional? Países com reeleição não consecutiva tendem a ter um desempenho melhor segundo os Worldwide Governance Indicators [Indicadores de Governança Mundial] do Banco Mundial (que cobre Estado de Direito, corrupção, estabilidade política e efetividade governamental) do que aqueles países com uma das outras três modalidades.<sup>9</sup> Países com reeleição presidencial ilimitada possuem o pior desempenho nesse indicador. Obviamente, essas correlações não

são evidência de causalidade, mas sugerem que as constituições que estabelecem algum mecanismo que limite os mandatos presidenciais (seja pelo número de anos ou pela frequência) criam um melhor equilíbrio de poder que, por sua vez, encoraja tanto o governo quanto a oposição a construir instituições mais efetivas.<sup>10</sup>

Também precisamos investigar a frequência com a qual os presidentes tentaram modificar os limites constitucionais de mandato, e sua taxa de sucesso. A ampla maioria (90,6%) dos presidentes dos dezoito países de nossa amostra aceitou o *status quo* e se absteve de tentar mudar os limites de mandato presidencial, o que sugere um grau de mudança constitucional não tão impressionante.<sup>11</sup> Ainda assim, 70% daqueles presidentes que formalmente tentaram alterar os limites de seu mandato foram bem sucedidos. Essa taxa de sucesso sugere que, uma vez que os presidentes revelem publicamente sua intenção de relaxar os limites de mandato, tendem a encontrar os meios institucionais e políticos de atingir esse objetivo. Obviamente, os presidentes normalmente tornam esse desejo público quando acreditam que suas chances de sucesso sejam relativamente altas — quando há um amplo consenso político a favor da reforma, ou a popularidade do presidente é alta, ou quando ele ou ela controla também tanto o Legislativo quanto o Judiciário.<sup>12</sup>

Os presidentes que estenderam os limites de seu mandato enquanto ocupavam o cargo encaixam-se em uma dessas três categorias: (1) Os que alteram apenas uma vez a constituição e não tentam mais fazê-lo (ex.: FHC no Brasil em 1997); (2) Os que conseguem alterar os limites de mandato, conquistam a reeleição, e depois os estendem novamente (ex.: Fujimori no Peru em 1993 e em 1999, e Chávez na Venezuela em 1999 e em 2009); e (3) aqueles que conseguem modificar a restrição na primeira tentativa, mas fracassam em tentativas futuras (ex.: Menem na Argentina em 1998 e Uribe na Colômbia em 2010).

O relaxamento dos limites de mandato não é, por si só, danoso à democracia. Em muitos casos, a maioria dos cidadãos é favorável à



mudança. Ademais, tais reformas são frequentemente realizadas por meio de negociações entre os presidentes e seus opositores e, portanto, produzem ganhos tanto para o partido no governo quanto para os de oposição. Nesse sentido, o processo de relaxamento dos limites de mandato, especialmente quando negociados ao longo do espectro político, pode aumentar a *accountability* e fortalecer os mecanismos de freio e contrapeso.

O problema começa quando um presidente tenta mudar a constituição sem muita negociação com a oposição, ou decide ir além, pressionando por uma emenda à constituição permitindo um terceiro mandato após já ter conseguido uma mudança permitindo a reeleição. Esses tipos de manobras frequentemente provocam uma reação. Presidentes que arriscam tais manobras enfrentam muito mais resistência política da oposição e, com frequência, de dentro de seus próprios partidos, e normalmente recorrem a uma variedade de medidas informais e extraleais — cooptação da imprensa, de membros do Congresso e mesmo dos tribunais, sem falar de membros do partido no governo — para alcançar o resultado desejado. Esses esforços são polarizadores e potencialmente desestabilizadores. Portanto, mesmo quando os presidentes não conseguem alterar as regras, pioram a qualidade da democracia simplesmente por tentar. Em resumo, nem todas as mudanças de limites de mandato causam prejuízo à democracia, mas aquelas que acontecem por meio de imposição presidencial ou por mecanismos irregulares acabam ferindo as instituições criadas para controlar os presidentes.

### **Ampliando a vantagem dos presidentes em exercício**

Como o relaxamento dos limites de mandato afeta as chances do atual ocupante do cargo de conquistar a reeleição? Como observado acima, há duas escolas de pensamento. A primeira argumenta que a elegibilidade para uma reeleição aumenta a vantagem do titular. Se o argumento da *accountability* estiver correto, não deveríamos observar padrões distintos de vitória ou derrota entre titulares que disputam a

reeleição. As chances de ser ou não reeleito deveriam ser quase iguais, e deveriam se correlacionar a variáveis independentes medindo o bom desempenho no cargo, tais como as variáveis macroeconômicas.

Em vez disso, observamos uma probabilidade muito maior de os presidentes em exercício serem reeleitos (embora não os partidos no governo). Dos dezenove presidentes em exercício na América Latina que disputaram a reeleição desde meados dos anos 1980, apenas dois perderam: Daniel Ortega na Nicarágua em 1992 e Hipólito Mejía na República Dominicana em 2004. Talvez um terceiro caso seja o de Joaquín Balaguer da República Dominicana que, em 1978, perdeu a disputa do quarto mandato (sob uma regra de reeleição ilimitada) e aceitou a derrota, iniciando a transição democrática do país; no entanto, em 1986 Balaguer estava de volta no comando do Executivo.

Também observamos que o sucesso na reeleição de presidentes latino-americanos depende da modalidade de reeleição. No caso da reeleição consecutiva, os titulares venceram em 90% das vezes. No caso da reeleição ilimitada, sua taxa de sucesso é um pouco menor, embora ainda alta: 83%. De modo geral, considerando as demais variáveis constantes, a titularidade do cargo aumentou as chances dos presidentes de vencer a reeleição em 62,8%. No caso de reeleição não consecutiva, entretanto, a taxa de sucesso cai: antigos presidentes que tentam a reeleição vencem apenas 40% das vezes.<sup>13</sup> Portanto, há uma alta probabilidade de que presidentes em exercício disputando a reeleição vençam, mas não há uma vantagem clara para ex-presidentes disputando uma reeleição não consecutiva.

Embora a taxa de reeleição de ex-presidentes seja menor do que a de presidentes em exercício, aqueles participam de eleições de maneira surpreendentemente frequente. Em metade de todas as eleições latino-americanas entre 1998 e 2006 nas quais antigos presidentes podiam disputar, ao menos um, e às vezes dois (como na Argentina em 2003, Bolívia em 1997 e 2002, Haiti em 2006 e Suriname em 2000 e 2005)

ex-presidentes colocavam seu nome nas cédulas. Todas as três eleições presidenciais do Peru desde 2001 tiveram um antigo presidente concorrendo. Ao todo, 38 ex-presidentes beneficiaram-se da regra que permite reeleição não consecutiva para disputar novamente; em comparação, na Europa, apenas 17,4% das disputas presidenciais tiveram antigos primeiros-ministros ou ex-presidentes como candidatos.<sup>14</sup>

Em suma, a regra de reeleição tem saturado a arena eleitoral na América Latina com dois tipos de candidatos: titulares disputando o cargo, que quase sempre vencem, e ex-presidentes beneficiando-se da regra de reeleição não consecutiva, que estão menos propensos a vencer mas, de todo modo, têm grande probabilidade de entrar na disputa. As modalidades de reeleição na América Latina geraram menos, e não mais, alternância entre as elites tanto dos partidos vencedores quanto dos perdedores.

Uma variedade de fatores diretos e indiretos poderiam explicar a alta taxa de reeleição dos titulares: o uso de recursos públicos para construir redes clientelistas; o acesso a exposição favorável na mídia; um Estado de Direito fraco, que permite que o titular distorça as regras do jogo a seu favor; e fatores exógenos relacionados à psicologia dos eleitores — eles temem ser punidos pelas autoridades no poder ou têm preferência por um “mal conhecido”? Outra possível explicação psicológica pode ser simplesmente que os eleitores tendem a se identificar com as pessoas, especialmente aquelas que lhes são familiares, em vez de organizações; ou seja, antropocentrismo, culto à personalidade e caudilhismo prevalecem sobre lealdade a partidos e ideologias. Isso explicaria por que a vantagem do titular tem base personalista em vez de nos partidos. De qualquer forma, os vieses cognitivos dos eleitores não podem ser desprezados como fatores que contribuem para a taxa de sucesso de reeleição dos presidentes em exercício na América Latina.

Outra questão-chave é se a titularidade explica as margens de vitória. Amplas diferenças nas margens de vitória em eleições vencidas

pelos titulares sugerem efeitos de algum tipo de vantagem do titular. Construímos um modelo de regressão linear baseado nas margens de vitória em eleições presidenciais. Olhamos para 125 eleições realizadas em dezoito países latino-americanos entre 1953 e 2012.<sup>15</sup> A variável dependente é a margem de votação entre o vencedor da eleição e seu competidor mais próximo (o segundo colocado). Nossas variáveis independentes incluíram vários tipos de controles econômicos e institucionais para cada eleição (ex.: inflação anual, crescimento econômico e gasto público anterior à eleição). Também controlamos pelo número de candidatos na disputa que obtiveram mais de 10% dos votos, o grau de democracia em cada ano eleitoral medido pelo Polity IV, e o número de atores com poder de veto.<sup>16</sup>

Nossos resultados mostram que a titularidade do cargo como variável independente é estatisticamente significativa, e uma das variáveis mais poderosas que afetam as margens de vitória. Os candidatos que disputam a reeleição tendem a vencer por margens mais amplas do que vencedores em eleições sem a presença de titulares. Na média, ser o ocupante do cargo amplia a margem em relação ao rival mais próximo em 11,2%. Titulares não apenas vencem com maior frequência, mas também vencem por margens mais amplas do que os vencedores não titulares. Além disso, titulares em países com instituições democráticas mais fracas vencem por margens ainda mais amplas. Estimamos que um aumento de um ponto no indicador de democracia do Polity IV — ou seja, um aumento na qualidade da democracia — reduz a margem entre o incumbente e seu rival em 2,2%.

Por fim, condições econômicas também ampliam a margem de vitória eleitoral. Em particular, o aumento do gasto público durante o ano eleitoral ajuda a aumentar sua votação: o aumento de 1% no gasto público, no caso da disputa pelo ocupante do cargo, aumenta sua margem de vitória em 1,3%. Esses resultados são consistentes com os estudos que mostram que o gasto público é frequentemente manipulado para fins eleitorais.<sup>17</sup>

De modo geral, esses achados confirmam que a titularidade é o preditor mais forte não apenas de qual candidato presidencial vencerá, mas também da magnitude da vitória. Em países onde as instituições políticas são fracas ou o crescimento econômico é forte, a vantagem é ainda maior. Por sua vez, essas amplas vitórias em países com instituições democráticas de baixa qualidade podem potencialmente desmoralizar a oposição. Nesse tipo de contexto institucional, uma oposição mais fraca e desencorajada será menos efetiva em controlar tanto o Executivo quanto o partido no governo comparativamente a disputas onde a correlação de forças é menos assimétrica.

## **Reeleição e a qualidade da democracia**

As democracias latino-americanas, que já tiveram limites de um só mandato ou regras permitindo reeleição não consecutiva, gradualmente mudaram em direção a limites de mandato mais frouxos, com mais países permitindo hoje reeleição consecutiva ou ilimitada. A ampla maioria dos presidentes que decidiram tentar relaxar os limites de mandato conseguiram fazê-lo. O fracasso acontece quase sempre quando um presidente tenta ampliar os limites de mandato pela segunda vez durante sua gestão.

O processo de realização dessas mudanças constitucionais nem sempre é problemático. Em muitos casos, envolve negociações com grupos de todo o espectro político e, às vezes, até mesmo termina com o presidente abrindo mão de outros poderes presidenciais. Isso é bom para o Estado de Direito e para o sistema de controle. O problema, no entanto, está quando o processo é imposto de cima, sem uma verdadeira negociação com a oposição. (Este é tipicamente o caso quando um presidente tenta mudar o limite constitucional de mandato pela segunda vez durante sua gestão.) Fazê-lo também pode provocar uma reação que, por sua vez, leva os presidentes a tentar cooptar parlamentares, os tribunais e a imprensa. Tais manobras, obviamente, são danosas às instituições democráticas.

No entanto, estamos menos preocupados com o processo de mudança, do que com os efeitos eleitorais da reeleição. Na grande maioria das vezes, os presidentes em exercício vencem, e com ampla margem. Se a *accountability* presidencial estivesse desempenhando um importante papel nos resultados eleitorais, então a titularidade não seria uma vantagem tão automática. Quando a aposta mais segura é que um titular disputando a reeleição vencerá o pleito, temos que nos perguntar se um princípio fundamental da democracia — que deveria haver uma “incerteza” significativa em relação aos resultados eleitorais<sup>18</sup> — ficou comprometido. A regra de reeleição não consecutiva, por sua vez, tem levado muitos ex-presidentes a disputar novamente. Isso também prejudica a alternância de elites, embora dentro da oposição e não do partido no governo. A conclusão geral ainda é a mesma: reeleição consecutiva e não consecutiva encoraja, talvez até mesmo garanta, a sobrevivência em vez da renovação da elite, tanto entre forças do governo quanto da oposição.

Pode até ser que, ao reeleger os titulares ou ex-presidentes, os eleitores latino-americanos estejam tentando premiar um bom desempenho no cargo.<sup>19</sup> Mas nossos dados nos levam a ser menos otimistas. A reeleição na América Latina tem significado o seguinte: os presidentes são reeleitos simplesmente porque já são os detentores do cargo; a margem de vitória tem mais a ver com a titularidade do que com as realizações da gestão; o efeito da titularidade se aplica à pessoa e não ao partido no governo; ex-presidentes disputando o cargo afastam novos líderes; e naquelas democracias com um quadro institucional mais frágil, os titulares tendem a vencer por margens mais amplas do que os vencedores em disputas nas quais não há um titular competindo.

Uma disputa eleitoral em condições equilibradas e um Estado de Direito são mecanismos complementares para limitar o abuso de poder pelos presidentes. Que impacto tem a reeleição sobre esses mecanismos críticos? Embora a reeleição possa mitigar os efeitos negativos de muita alternância de poder, afrouxar demais os limites sobre

a reeleição presidencial — especialmente em contextos onde as instituições de controle e as leis eleitorais são frágeis — resultará em menos alternância e, conseqüentemente, maior potencial de abuso da autoridade do Executivo. Além de uma disputa eleitoral em condições equilibradas, uma lei eleitoral que ofereça restrições claras sobre a reeleição aumentará as chances de *turnover* eleitoral. Embora alguns possam argumentar que regras constitucionais mais rígidas (limitar, por exemplo, a possibilidade de reeleição a um mandato consecutivo) sejam antidemocráticas, achamos que elas protegem a democracia de graves abusos do poder do Executivo.<sup>20</sup>

Por fim, dado que a maioria das tentativas presidenciais de alterar os limites de mandato são bem sucedidas, há claramente o risco de se cair em um círculo vicioso de aumento da vantagem do titular. Um Estado de Direito fraco e instituições judiciárias frágeis podem permitir ao presidente mudar as regras em favor da reeleição, o que pode acabar por aumentar as vantagens do titular. E mesmo quando fracassam os esforços de um presidente em afrouxar os limites de mandato, o dano colateral feito às instituições e aos partidos ao longo do processo é frequentemente significativo. Em nossa opinião, a única maneira de romper com esse ciclo vicioso é por meio de três fatores-chave: (1) reformar as leis eleitorais para garantir uma disputa eleitoral em condições mais equilibradas; (2) fortalecer a independência do Judiciário; e (3) aderir a limites de mandato mais rígidos. Seria ingênuo supor que atuar sobre apenas um desses fatores e ignorar os demais seria suficiente.

Se a experiência dos últimos vinte anos de reengenharia constitucional na América Latina é indicativa de algo, devemos esperar que democracias presidencialistas mais jovens caminhem, de alguma forma, em direção a limites de mandato mais frouxos. A reeleição, seja ela consecutiva ou não consecutiva, prevalecerá. Nosso argumento não foi o de apontar uma modalidade ideal, mas destacar os riscos de cada uma delas. Quando muito, nossa recomendação é que, uma

vez que uma modalidade de reeleição for adotada, salvaguardas sejam estabelecidas para responder ao conjunto de riscos inerentes àquela modalidade em particular.

No caso de reeleição consecutiva, o risco é o abuso presidencial e o viés das regras eleitorais. Portanto, países que adotam reeleição consecutiva deveriam reforçar as instituições de controle e, em especial, as regras e as autoridades que fiscalizam as campanhas eleitorais, para proteger os partidos de oposição. No caso de reeleição não consecutiva, o risco está na baixa rotatividade da elite dentro dos partidos. Países que adotam essa modalidade deveriam se atentar às regras que regem as eleições primárias dos partidos, a democracia partidária interna e a seleção de candidatos.<sup>21</sup> Nenhuma modalidade é necessariamente melhor do que a outra, mas cada uma demanda seu próprio desenho institucional.

## Notas

Somos gratos a Guillermo Rodríguez pela assistência de pesquisa e a Aaron Mathias pela assistência editorial.

1. Para algumas exceções, ver John Carey, “The Reelection Debate in Latin America”. *Latin American Politics and Society*, v. 45, n. 1 (Spring 2003), p. 119-33; Gabriel L. Negretto, *Making Constitutions: Presidents, Parties, and Institutional Choice in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2013; José Antonio Cheibub e Adam Przeworski, “Democracy, Elections, and Accountability for Economic Outcomes”. In: Adam Przeworski, Susan C. Stokes e Bernard Manin (Orgs.), *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 1999, p. 222-50; Mario Serrafiero, *Reelección y sucesión presidencial: Poder y continuidad: Argentina, América Latina y EE.UU.* Buenos Aires: Belgrano, 1997; Daniel Zovatto, “The Reelection Trend in Latin America”. *Mundo Electoral*, v. 4, n. 12 (set. 2011). Disponível em: <[www.mundoelectoral.com/html/index.php?id=776](http://www.mundoelectoral.com/html/index.php?id=776)>.

2. Gideon Maltz, “The Case for Presidential Term Limits”. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 1 (jan. 2007), p. 128-42.



3. Ver Javier Corrales, “Tinkering with Presidential Term limits”. Trabalho apresentado na conferência *Latin American Studies Association* de 2013, Washington, D.C.; ver também Serrafiero, op. cit., e Carey, op. cit.

4. Tom Ginsburg, James Melton e Zachary Elkins, “On the Evasion of Executive Term Limits”. *William and Mary Law Review*, v. 52, n. 6 (maio 2011), p. 1807; Patricio Navia, “Limit the Power of Presidents, Not Their Term in Office”. *Americas Quarterly*, Spring 2009. Disponível em: <americasquarterly.org/against-presidential-term-limits>.

5. Keith Krehbiel e John R. Wright, “The Incumbency Effect in Congressional Elections: A Test of Two Explanations”. *American Journal of Political Science*, v. 27, n. 1 (fev. 1983), p. 140-57; Andrew Gelman e Gary King, “Estimating Incumbency Advantage Without Bias”. *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 4 (nov. 1990), p. 1142-64; Adam Przeworski, *Democracy and the Limits of Self-Government*. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

6. Ver Maltz, op. cit.; Andreas Schedler, “Elections Without Democracy: The Menu of Manipulation”. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 2 (abr. 2002), p. 36-50; Martín Tanaka, “Los sistemas de partidos en los países andinos, 1980-2005: Reformismo institucional, autoritarismos competitivos y los desafíos actuales”. *Kellogg Institute Working Paper n. 324*, mar. 2006. Disponível em: <kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/324.pdf>; Maxwell Cameron, “The State of Democracy in the Andes: Introduction to a Thematic Issue of *Revista de Ciencia Política*”. *Revista de Ciencia Política*, v. 30, n. 1 (2010), p. 5-20.

7. Juan Linz, “The Perils of Presidentialism”. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1 (jan. 1990), p. 51-69; Matthew Soberg Shugart e John M. Carey, *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Nova York: Cambridge University Press, 1992.

8. Outra mudança constitucional frequente, muitas vezes negociada conjuntamente com mudanças nos limites de mandato, é o aumento do uso do segundo turno em eleições presidenciais, também conhecido como *ballotage*. Em muitos países latino-americanos (ex., Colômbia), a *ballotage* tem sido promovida como uma maneira de fortalecer tanto o presidente como a oposição. A *ballotage* dá ao vencedor um mandato claro, mas também permite que a oposição se reagrupe, ajudando a endereçar o problema da influência reduzida que permeia os partidos em sistemas partidários altamente fragmentados. Em geral, a *ballotage* emerge como uma solução possível para a combinação “difícil” entre um Poder Executivo frágil e um sistema partidário fragmentado e fracamente institucionalizado. Ver Scott Mainwaring, “Presidentialism,

Multipartism, and Democracy: The Difficult Combination”. *Comparative Political Studies*, v. 26, n. 2 (jul. 1993), p. 198-228; e Scott Mainwaring e Matthew Shugart, “Presidentialism and Democracy in Latin America: Rethinking the Terms of the Debate”. In: Scott Mainwaring e Matthew Soberg Shugart (Orgs.), *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Disponível em: Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 12-54.

9. Ver Michael Penfold, Javier Corrales e Gonzalo Hernández Jiménez, “Los invencibles: La reelección presidencial y los cambios constitucionales en América Latina”. *Revista de Ciencia Política*, v. 34, n. 3, 2014.

10. Negretto, op. cit.; Carlos Scartascini, Ernesto Stein e Mariano Tommasi, “Political Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking”. In: *How Democracy Works: Political Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010, p. 1-18; Daniel Buquet, “Entre la legitimidad y la eficacia: Reformas en los sistemas de elección presidencial en América Latina”. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 16, n. 1 (2007), p. 35-49; Guillermo O’Donnell, “Why the Rule of Law Matters”. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4 (out. 2004), p. 32-46.

11. Ver Ginsburg, Milton e Elkins, op. cit.

12. Ver Corrales, op. cit., 2013; Javier Corrales, “Latin America’s Neocaudillismo: Ex-Presidents and Newcomers Running for President... and Winning”. *Latin American Politics and Society*, v. 50, n. 3 (Fall 2008), p. 1-35; Michael Penfold, “Re-Election in the Andes. Politics and Prospects”. *Inter-American Dialogue Andean Working Paper*, set. 2010; Buquet, op. cit.

13. A reeleição de ex-presidentes se aplica apenas à sua primeira tentativa de reeleição após cumprir o intervalo de um mandato exigido por lei.

14. Corrales, op. cit., 2008.

15. Penfold, Corrales e Hernández Jiménez, op. cit. Excluímos os resultados do primeiro turno para países que usam a *ballotage*. Portanto, as margens foram estimadas apenas para aquelas eleições nas quais o vencedor foi constitucionalmente eleito presidente.

16. Para atores com poder de veto, usamos o “Political Constraint Index (POLCON) Dataset” de Witold Henisz. Disponível em: <[www.management.wharton.upenn.edu/henisz](http://www.management.wharton.upenn.edu/henisz)>.

17. Barry Ames, *Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1987.

18. Adam Przeworski et al., *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Nova York: Cambridge University Press, 2000.

19. David Samuels, “Presidentialism and Accountability for the Economy in Comparative Perspective”. *American Political Science Review*, v. 98, n. 3 (ago. 2004), p. 425–36.

20. O’Donnell, op. cit.

21. Ver Flavia Freidenberg e Manuel Alcántara Sáez, “Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático: una introducción”. In: Flavia Freidenberg e Manuel Alcántara Sáez (Orgs.), *Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático*. México, D.F.: Tribunal Electoral del Distrito Federal, 2009, p. 13-34.





*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### *Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

#### *Meios de comunicação e Democracia:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder\\_politico\\_e\\_meios.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf)

#### *Sociedade civil e democracia:*

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos\\_abusos\\_e\\_desafios\\_da\\_sociedade\\_civil\\_na\\_America\\_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

#### *Internet e mobilizações sociais:*

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Internet\\_e\\_Mobilizacoes\\_Sociais\\_Transformacoes\\_do\\_Espaco\\_Publico\\_e\\_da\\_Sociedade\\_Civil.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Internet_e_Mobilizacoes_Sociais_Transformacoes_do_Espaco_Publico_e_da_Sociedade_Civil.pdf)

#### *Biblioteca virtual:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

#### *Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:*

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>